

UMA CONTRIBUIÇÃO ÍMPAR: OS *CADERNOS DE PESQUISA* E A CONSOLIDAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO *

Albertina de Oliveira Costa

e

Cristina Bruschini

Reler os *Cadernos de Pesquisa* é uma experiência gratificante. Um exame superficial da coleção ressalta a presença precoce e constante de artigos tendo a mulher por tema. Tanto o pioneirismo como a constância conferem um caráter excepcional à publicação no panorama brasileiro.

De junho de 1971 até agosto de 1991 foram publicados 78 números da revista, incluindo aproximadamente 550 artigos. Destes, cerca de 70 dizem respeito ao tema mulher/gênero. Assim, uma porcentagem nada desprezível da produção científica veiculada (14%) foi reservada aos estudos sobre a temática das relações sociais entre os sexos, espaço que tem se mantido estável ao longo de 20 anos.

Esta bem sucedida trajetória de atenção ao tema foi inaugurada com um número especial (*CP15*, 1975) dedicado, conforme carta do editor Lólio Lourenço de Oliveira, à situação da mulher.

O Ano Internacional da Mulher, instituído pelas Nações Unidas em 1975, certamente favoreceu a emergência do assunto, que foi legitimado por eventos acadêmicos nacionais e internacionais. Quase 20

anos passados, o que chama a atenção do leitor é a qualidade deste número especial, organizado por Carmen Barroso. O crescente interesse despertado no Brasil por essa nova área de estudos — até então de denominação imprecisa, circunscrita vagamente pelo objeto de seu interesse, resultado do impacto do movimento feminista na vida acadêmica — emerge nas páginas dos *Cadernos de Pesquisa* com uma maturidade e uma qualidade de acabamento surpreendentes. Os artigos demonstram atualização e sintonia com a discussão teórica internacional, onde os paradigmas explicativos das ciências humanas vinham sendo duramente questionados por ocultarem a presença feminina. Não se trata, no entanto, de textos de denúncia do sexismo, mas de artigos que discutem resultados de pesquisa revelando um trabalho afinado de equipe desenvolvido na Fundação Carlos Chagas, instituição onde, desde 1974, tinha lugar um seminário de estudos sobre mulher reunindo pesquisadoras da casa e especialistas convidados, num produtivo diálogo interdisciplinar.

A composição do número revela um grande cuidado no contraponto entre disciplinas e perspectivas

* Preparado especialmente para o número comemorativo, este texto tem como referência básica os artigos publicados ao longo dos 20 anos dos *Cadernos de Pesquisa*.

teóricas, sublinhando o anseio compartilhado de imprimir uma abordagem multidisciplinar à construção da nova problemática, bem como de se socorrer de diferentes teorias ou fragmentos teóricos que se revelassem úteis ou proveitosos para este fim. Escola, Trabalho, Família, Literatura infanto-juvenil, Política são abordados do ângulo da Psicologia, Sociologia, Educação e Direito.

De leitura obrigatória até hoje, o número 15 dos *Cadernos de Pesquisa* teve grande impacto por descortinar um novo campo de pesquisa, por seu apelo à interdisciplinaridade e ao trabalho coletivo, por combinar arrojo no tema e rigor na argumentação e por último, mas não menos importante, por sua postura contracorrente, elegendo analisar atitudes, valores, percepções, comportamentos, influências culturais dentro de um contexto intelectual extremamente afeiçoado a explicações infraestruturais. A resenha crítica do livro emblemático dos estudos de mulher no Brasil, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* de Heleieth Saffioti (1969) é uma clara sinalização deste anseio de ir além das determinações pelo econômico.

Os títulos dos artigos são sugestivos do foco das indagações que norteavam as pesquisas; os estudos destacam a variável sexo, examinam o papel da mulher, a situação da mulher, as diferenças sexuais, os estereótipos sexuais, os papéis sexuais, desvendam a mulher para o olhar científico. Algumas preocupações emergem com vigor do conjunto de contribuições. A mais datada, felizmente, é a busca da comprovação da não inferioridade feminina. Evidências relativas ao caráter artificial — socialmente construído — da desigualdade entre os sexos, originadas nos mais diversos campos disciplinares, são apresentadas e serão reiteradas em diversos artigos até o final da década de 70. A crítica endereçada aos estudos das Ciências Sociais tem dois alvos, diz respeito não apenas à sua omissão em relação às mulheres mas também à produção de explicações reforçadoras da subalternidade feminina. Subjacentes aos estudos, algumas convicções encontram-se profundamente arraigadas: a valorização da pesquisa empírica e a crença no potencial transformador do conhecimento científico. Nesse sentido o CP15 constitui-se num verdadeiro libelo em defesa da ciência como militância.

DA CONDIÇÃO FEMININA ÀS RELAÇÕES DE GÊNERO

No processo de implantação do campo de estudos que chamaremos de mulher/gênero três fases podem ser identificadas. Numa primeira, que vai de 1975 a 1978, tratou-se de dar visibilidade às mulheres e de criticar ou de desconstruir os paradigmas teóricos vigentes. Nesta fase, o objeto de estudo mulher foi privilegiado. Na segunda fase, de 1978 a 1985, assistiu-se à consolidação de sua legitimidade e a uma grande expansão, tanto na direção da conquista de novos espaços quanto na da abertura de seu leque temático.

Finalmente, a partir de 1985, vem ocorrendo um processo de construção institucional e de elaboração de teorias sobre as relações de dominação/subordinação entre os sexos e o uso do conceito de gênero vem se difundindo.

O recorte utilizado para selecionar os artigos que seriam objeto de exame levou em conta as variações de denominação assumidas no processo de constituição desta área temática no Brasil, a que a Fundação Carlos Chagas e os *Cadernos de Pesquisa* estão inextricavelmente associados.

Nosso levantamento se restringiu aos artigos que tratam de modo central ou que contribuem significativamente para a compreensão da condição da mulher, deixando de lado os textos relativos à educação sexual, a não ser quando enfocam especificamente a sexualidade feminina, bem como os relativos à creche, a não ser enquanto objeto da reivindicação do movimento social das mulheres, e ainda aqueles artigos que versam sobre a criança sem atentar particularmente às diferenças devidas ao sexo.

Uma classificação sumária dos 70 artigos selecionados aponta para sua concentração em algumas áreas temáticas, embora as interfaces sejam frequentes e vários se adaptem a diversos perfis. Por outro lado, alguns artigos deixam de ser incluídos nesta classificação, na medida em que tratam de assuntos que não foram (ainda) retomados. É o caso de violência contra a mulher (Camargo et al., CP78, 1991), da pesquisa participante com mulheres de baixa renda (Bruschini et al., CP45, 1983) e do perfil de uma mulher divergente (Mott, CP58, 1986).

Classificamos os artigos nas seguintes áreas temáticas:

Trabalho: Alier (1975), Blay (1975), Campos e Esposito (1975), Cardone (1975), Goldberg (1975), Miranda (1975); Ferretti (1976); Bruschini (1978, 1979, 1987, 1990); Machado Neto (1979); Lewin (1980); Dias (1981); Rosemberg (1983); Chase (1985); Figueiredo e Magaldi (1985); Ricci (1985); Schvinger, Prado e Castro (1985); Apple (1987, 1988); Bruschini e Amado (1988); e Montali (1990).

Família: Campos e Esposito (1975); Goldberg (1975); Silva, Guarido e Graciano (1976); Graciano, Silva e Guarido (1977); Barretto (1981); Correa (1981); Dias (1981); Moraes (1981); Pena (1981); Prandi (1981); Rodrigues (1981); Samara (1981); Schwartzman (1981); Goldenberg et al. (1983); Sarti (1989); Bruschini (1990); Montali (1990) e Scott (1990).

Educação e Escola¹: Barroso e Mello (1975); Campos e Esposito (1975); Mello (1975); Miranda (1975); Rosemberg (1975a); Ferretti (1976); Bruschini (1978); Lewin (1980); Barretto (1981); Bruschini e Amado (1988); Apple (1988); Anyon (1990) e Blay (1991).

Papéis Sexuais: Barroso (1975, 1977); Goldberg (1975); Graciano (1975, 1978a, b); Marin (1975); Mello (1975); Rosemberg (1975b, 1983); Silva et al. (1976);

1 Ver a respeito o artigo de Rosemberg e Amado neste número especial.

Graciano et al. (1977); Nagelschmidt et al. (1977); Barroso et al. (1978); Rodrigues(1981); Reily (1985); Scavone (1985); Silva (1985); Schvinger, Prado e Castro (1985); Novelino (1988); Sarti (1989); Grossi (1990); Scott (1990); e Machado (1991).

Participação Política: Goldberg (1975); Moraes (1981); Pena (1981); Schwartzman (1981); Rosemberg (1984); Figueiredo e Magaldi (1985); Barroso (1987); Bruschini (1987); Costa (1988); Sarti (1988); Schaeffer (1988); Bernardes (1989); Anyon (1990); e Costa (1991).

Demografia: Nagelschmidt, Santos e Pereira (1977); Goldenberg et al. (1983); Chase (1985); Berquó (1986); e Barroso (1987).

Estudos de Mulher: Glenn (1975); Costa, Barroso e Sarti (1985); Costa (1988); Vicentini (1989); e Blay (1991).

Trabalho

Trabalho é um dos temas privilegiados pelos autores de artigos dedicados à questão da mulher. Levando em conta as inevitáveis interseções temáticas, pode-se afirmar que, em mais de 20 dos 70 artigos considerados, o trabalho feminino é analisado a partir de diferentes pontos de vista.

Desde 1975, quando o especial número 15 inaugura o tema na revista, até o encerramento deste balanço, os ângulos pelos quais a atividade das mulheres foi percebida acompanham, de certa forma, tendências sobre a análise do trabalho feminino tal como se expressaram nos estudos sobre mulher em geral, isto é, dedicando-se inicialmente a análises macro-sociais da participação feminina no mercado de trabalho como resultado de movimentos de atração ou de rejeição do capital, para só mais tarde incorporar a necessária articulação entre trabalho e família para uma compreensão mais adequada das formas de inserção feminina nas atividades produtivas.

Nos *Cadernos de Pesquisa*, no entanto, dada a vocação do departamento no qual surgiu, ao lado da formação de suas pesquisadoras em disciplinas como Pedagogia e Psicologia, o tema do trabalho feminino surge em estreita associação com a questão educacional. Campos e Esposito (1975), dentro da tradição de estudos nos quais o Departamento de Pesquisas Educacionais vinha se especializando, analisam aspirações ocupacionais de mães de crianças de ambos os sexos, visando a comprovação da hipótese de que o futuro dos filhos é influenciado pelo sexo da criança, uma vez que a família tem expectativas profissionais mais elevadas para os meninos do que para as meninas.

O tema da escolha profissional é várias vezes retomado ao longo de 20 anos corroborando a tese de que o ingresso do tópico trabalho nos *CP* se deu pelo veio da educação. Ferretti (*CP16*, 1976) analisa a escolha de carreiras por vestibulandos do CESCUM, e após classificá-las em masculinas e femininas,

constata que as carreiras femininas gozam de menor prestígio e remuneração. Percebe padrões diferenciais de escolha vocacional por sexo, as mulheres tendo expectativas mais baixas e induzidas à escolha de carreiras por uma ótica assistencial, os homens com expectativas mais elevadas e claramente derivando suas opções da ótica econômica, do desejo de conseguir um bom emprego.

Este tema é retomado mais tarde por Lewin (*CP32*, 1980), que mostra como a preferência feminina pelo magistério indica uma visão assistencialista desta profissão. Outros artigos dedicam-se a temas paralelos, como a atitude profissional de mulheres em profissões "masculinas" e "femininas" como o magistério, a engenharia e a enfermagem (Bruschini, *CP27*, 1978), ou em uma determinada profissão marcada pela presença maciça de mulheres, como a Psicologia. Em artigo sobre esta profissão, Rosemberg (*CP47*, 1983) chama a atenção para o fato de que as mulheres escolhem carreiras femininas não só como reforço a modelos sexuais tradicionais, mas também como conseqüência de um agudo senso de realidade, que ela denomina "sabedoria da conciliação". Ao contrário dos homens, cuja escolha tende a refletir uma clara opção profissional, as mulheres escolhem cursos flexíveis, que permitam um leque alternativo de opções profissionais ou que possibilitem aumentar a cultura geral. Desta forma, na hipótese de não poder ou não conseguir exercer a profissão, devido a futuras responsabilidades familiares, os conhecimentos obtidos poderão vir a ser úteis na própria atividade doméstica ou no desempenho de atividades econômicas mais informais, flexíveis ou intermitentes.

Outras ocupações femininas são objeto de análise em artigos posteriores, como o de Schvinger et al. (*CP54*, 1985), que estudaram as secretárias, e o de Bruschini e Amado (*CP64*, 1988), que analisaram em profundidade o magistério e afirmam que a alegada "vocação" para a escolha de uma determinada carreira, em detrimento de uma postura mais profissional, favorece seu desprestígio e sua deterioração salarial. Este ponto é retomado por Apple (*CP60*, 1987). Introduzindo a temática das relações de gênero na revista, este autor mostra a necessidade de incorporar a percepção de relações patriarcais de poder para, ao lado das relações de classe, avaliar qualquer tema educacional, como a prática docente ou a introdução de políticas educacionais.

A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, sua presença nos diversos setores ocupacionais, os mecanismos de discriminação refletidos nas desigualdades salariais entre trabalhadores de um e outro sexo e a influência de características indicadoras de determinada situação familiar, como a idade e o estado civil, afetando a incorporação feminina ao trabalho remunerado, são analisados pelos *CP* desde o número especial de 1975. Com base no exame de dados do Censo de 1970 para diversas regiões do país, Miranda (*CP15*, 1975) defende o trabalho profissional como condição de emancipação feminina e percebe o ingresso das mulheres na força-de-trabalho

como mudança social positiva. Avaliando o trabalho feminino em associação com variáveis como a educação e a idade, faz constatações pioneiras, como a de que as mulheres mais instruídas têm muito mais possibilidades de ingressar no mercado de trabalho, rejeitando a hipótese de que a pobreza é a causa principal do trabalho feminino.

Comparando dados censitários de 1950 a 1970 sobre força-de-trabalho masculina e feminina não-agrícola, Bruschini (CP28, 1979) denuncia a sexualização do mercado de trabalho brasileiro, que favorece a concentração de mulheres em pequeno número de ocupações, propiciando sua deterioração salarial. A comparação de dados sobre trabalhadores de ambos os sexos torna mais evidente a intensidade da segregação ocupacional que mais incide sobre o sexo feminino no período considerado. Lewin (CP32, 1980) retoma o tema da participação feminina na força-de-trabalho e analisa os efeitos perversos do capitalismo brasileiro, que mantém as mulheres em ocupações de menor prestígio e remuneração. Os três artigos analisam dados censitários até 1970 e chegam a constatações semelhantes: o aumento da participação feminina no mercado de trabalho parecia ocorrer com maior intensidade nas atividades terciárias, enquanto a trabalhadora saía, em números relativos, do setor industrial. Constatações como essa, nesses e em muitos outros estudos sobre o tema nessa época, contribuíram para alimentar a tese de que o desenvolvimento capitalista expulsava a mulher do mercado de trabalho, tese que só seria rejeitada alguns anos mais tarde, quando a comparação entre as estatísticas dos Censos de 1970 e 1980 veio mostrar o intenso processo de incorporação feminina ao mercado, inclusive no setor industrial, como resultado do desenvolvimento brasileiro na década de 70.

Dentro da mesma perspectiva teórica dos artigos anteriores e analisando dados de questionários aplicados a trabalhadoras na indústria paulista, Blay (CP15, 1975) focaliza a atitude da família, de amigos e de parentes das trabalhadoras, sobre as carreiras profissionais femininas. No plano das atitudes move-se também o artigo de Goldberg (CP15 1975), que se detém sobre as concepções de vestibulandos acerca do papel da mulher no trabalho, na família e na política, constatando a tese de que estes eram extremamente preconceituosos e conservadores em relação ao papel profissional feminino.

A questão do direito trabalhista é abordada em três textos: o primeiro deles, de autoria de Marly Cardone (CP15, 1975), descreve as normas de direito de trabalho e da previdência social que dizem respeito à mulher num momento da nossa história em que estas ainda não haviam sido questionadas pelo movimento de mulheres. Através do exame do conteúdo dos boletins do Ministério do Trabalho publicados a partir de 1934, Pena (CP37, 1981) procura compreender como a legislação sobre o trabalho feminino, desde 1932 até a Consolidação das Leis do Trabalho, na década de 40, foi parte do projeto autoritário do Estado. Alguns anos mais tarde, quando as mulheres

participavam ativamente dos debates para a elaboração da nova Constituição, encaminhando suas propostas através de canais como os Conselhos da Condição Feminina e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Bruschini (CP61, 1987) revê criticamente a legislação trabalhista existente e mostra as duas posições divergentes predominantes nos debates preparatórios para a nova Carta: de um lado, a que defendia a posição de igualdade entre trabalhadores de um e outro sexo, exceto no que diz respeito à maternidade, levando à eliminação do protecionismo contido na Lei e à manutenção apenas das normas de proteção à trabalhadora gestante; de outro, a que propunha a manutenção de critérios diferenciados para os sexos, com base no argumento de que, já que a sociedade desfavorece as mulheres, deve-lhes alguma compensação.

Um tema bastante importante, mas pouco abordado, foi o do trabalho infantil. Machado Neto (CP31, 1979), cujo falecimento precoce interromperia uma promissora produção sobre o assunto, discute a problemática do trabalho das crianças, com base em estudo realizado em um bairro periférico da cidade de Salvador. Sensível à questão de gênero, a autora mostra-se atenta à distribuição das tarefas segundo o sexo da criança, revelando como os critérios de distribuição são afetados pelas necessidades familiares.

A participação em atividades econômicas de indivíduos segundo a posição ocupada em determinado grupo doméstico é analisada por Bruschini (CP72, 1990). Os dados examinados revelam que a posição ocupada na família, ao lado do sexo, determina, em parte, a natureza da atividade que será desempenhada. Diferenças significativas nos níveis de participação econômica, por outro lado, ocorrem em estruturas familiares e ciclos de vida heterogêneos. Através da abordagem do ciclo vital familiar, Montali (CP72, 1990) identifica os arranjos pelos quais as famílias paulistanas sobreviveram, no começo dos anos 80, a uma conjuntura marcada pela recessão e crise econômica. A relação entre família e trabalho é explorada também para o meio rural nos artigos de Dias (CP37, 1981), referente ao trabalho na cafeicultura durante o colonoato, Ricci (CP54, 1985), sobre a produção em olarias e Chase (CP54, 1985), voltado para a migração em uma área de fronteira agrícola.

Família

No caso do recorte família, pode-se afirmar a existência de uma linha demarcatória bastante clara em sua introdução na revista: o ano de 1981, quando foi publicado o número especial 37 sobre este assunto. Antes desta data, os poucos artigos que afloraram a questão fizeram-no de forma periférica. O artigo de Goldberg (CP15, 1975) de certa forma pode ser considerado uma exceção a essa regra, na medida em que, ao pesquisar as opiniões de vestibulandos sobre o papel social da mulher, faz incidir seu foco de análise também sobre esta instituição. Nos demais, ao

contrário, a família não é um tema em si mesmo, mas sim uma moldura dentro da qual se desenrola o enredo central do texto. Campos e Esposito (CP15, 1975), por exemplo, indagam sobre as expectativas de mães em relação ao futuro educacional e ocupacional de seus filhos. Silva et al. (CP18, 1976) procuram verificar a existência de estereótipos sexuais nas percepções de pais e mães em relação a comportamentos e atitudes de seus filhos e constatam que ambos têm percepções diferenciadas segundo o sexo de seus filhos. Graciano et al. (CP21, 1977) mostram que as crianças também incorporam às suas percepções estereótipos culturais a respeito dos papéis masculinos e femininos.

O número especial 37 (1981), organizado por Cristina Bruschini, da Fundação Carlos Chagas e Lia Fukui, da Universidade de São Paulo, teve como proposta central o debate em torno do tema da família, que então começava a despertar um maior interesse. Os artigos foram encomendados ou, pelo menos, procurados. Mas a riqueza e a diversidade dos trabalhos encontrados revelam que o tema já vinha alcançando uma relativa ressonância nos meios acadêmicos. Afirmando as organizadoras, logo na Introdução: "É este o sentido que queremos imprimir a este número dos *Cadernos de Pesquisa*: trazer à tona a riqueza de perspectivas e de abordagens que, se reforçam amplamente a idéia inicial de multiplicidade de combinações possíveis na composição das famílias, constituem ainda estágio na busca de um conhecimento sobre o tema" (p.3).

Na tentativa de traçar um panorama ilustrativo do que estava sendo produzido, foram reunidos artigos de diferentes áreas acadêmicas, com variada gama de metodologias e linhas teóricas. Na da historiografia, Mariza Correa faz um redimensionamento da posição das famílias de elite na sociedade do passado, chamando a atenção para a existência de outros segmentos sociais diferentes da família patriarcal. Eni Samara descreve as características do casamento na sociedade paulista do século XIX, com base em dados contidos em recenseamentos, testamentos e documentos manuscritos. Abrindo a área de família e trabalho, o artigo de Ana Maria Silva Dias mostra como a organização do trabalho no colonato baseava-se na família como unidade de produção, e as transformações advindas com o trabalho assalariado no campo. A reflexão de Maria Moraes sobre a politização da esfera privada mostra a contribuição do feminismo na crítica de algumas teorias e dimensões sobre a família, mas deixa evidentes os impasses na formulação de uma teoria crítica que dê conta da família como um todo. Na área da Psicologia, Arakcy Martins Rodrigues, ao descrever o domínio privado, chama a atenção para a dimensão política presente na interação dos indivíduos dentro de cada família. Na esfera do público foi abordada a visão das instituições sobre a família. Os artigos de Schwartzman e Pena mostram a criação e legitimação de normas sobre a família como uma forma de controle. O artigo de Pena, analisando especificamente a legislação sobre trabalho fe-

minino, indica como o controle sobre a família pode se dar também de maneira indireta. O de Barretto alerta para o estereótipo de família claramente presente no discurso das professoras, fazendo crer que seja um dos parâmetros que orientam a prática educacional. As colocações de Prandi sobre as relações entre família e Igreja sintetizam alguns outros trabalhos concluindo que, apesar de algumas mudanças, a Igreja procura sempre manter a família sob seu controle. Todos os artigos, enfim, propuseram novas e diversificadas trilhas para se repensar a família. Se não esgotaram a questão, abriram um veio fecundo de reflexão para os estudiosos na própria instituição, onde passou a se desenvolver uma linha de pesquisa sobre o tema, conquistando para esta temática um espaço garantido nos CP.

O tema da família retorna quando Goldenberg et al. (CP44, 1983) descrevem uma pesquisa na qual foi analisado o desenvolvimento de crianças durante seus primeiros meses, relacionando-o com as condições de vida e os arranjos domiciliares na família.

Introduzindo o conceito de gênero na abordagem desta temática, Sarti (CP70, 1989) analisa, tal como vividas e concebidas pelas moradoras de um bairro da periferia paulistana, as relações entre os sexos focalizadas através da divisão de papéis na família. O argumento básico do texto é o de que as relações de gênero são fundadas em dois princípios: o da reciprocidade, que estabelece papéis complementares para o homem e a mulher, e o da hierarquia, que delimita a autoridade masculina sobre a família. Esta, por sua vez, aparece como a referência básica da mulher na construção de sua identidade social. O texto de Scott (CP73, 1990) traz o personagem masculino para este debate. Através de dados e depoimentos de moradores de um bairro pobre do Recife, percepções e experiências masculinas sobre o domínio doméstico são comparadas às de mulheres, em situação de matrifocalidade, entendida como aquela organização em que, mesmo na presença do homem em casa, é favorecido o lado feminino do grupo, cujos elos são mais fortes.

Na intersecção entre os temas trabalho e família, os artigos de Bruschini e de Montali, (CP72, 1990) analisam a participação econômica de indivíduos inseridos em unidades domésticas paulistanas. O primeiro de uma perspectiva mais voltada para a posição da mulher na família, o segundo mais dedicado à análise das precárias condições de vida dos paulistanos, ambos comprovam a importância de levar em conta características familiares, como a estrutura da família e o ciclo de vida, para uma compreensão mais adequada das formas de organização dos indivíduos na busca dos modos de vida desejados.

Participação Política

Os novos movimentos sociais exerceram particular atração sobre os estudiosos. Os artigos voltados para a dimensão política da atuação das mulheres tendem

a se concentrar no tema do feminismo e do movimento de mulheres, examinando mobilizações presentes ou passadas e suas reivindicações sob múltiplos aspectos. De modo mais esporádico, foram também discutidas representações a respeito da participação política feminina, socialização política, atitudes de rebeldia e práticas de resistência, assim como implicações de políticas governamentais relativas ao estatuto das mulheres ou à família.

Significativamente, esse centro de interesse emerge na revista apenas nos anos 80, embora desde o número 15 o impacto do movimento feminista nos diferentes campos do saber e a dimensão ideológica do conhecimento científico tenham sido exaustivamente glosados.

Surpreende que a relação entre cidadania política e educação tenha sido pouco explorada. De um lado, as análises que procuram relacionar exclusão política e escolarização estão centradas de preferência nas dimensões de classe e raça, deixando na penumbra o gênero. De outro, a bem da verdade, a relação é aludida nos estudos de mulher, mas de modo descritivo: no elenco das reivindicações das primeiras feministas, aparecem justapostas as lutas pela conquista do voto e pelo acesso a diferentes graus de ensino (Schaeffer, CP67, 1988; Bernardes, CP71, 1989; Costa, CP77, 1991). A alfabetização é necessariamente referida como pré-requisito da capacidade eleitoral, podendo se depreender dos textos de Bernardes e de Schaeffer que as mulheres educadas tendem a ser mais participantes; no entanto, a questão deixa de ser problematizada.

A necessidade de um programa educacional capaz de modificar a situação de marginalização da mulher leva Goldberg (CP15, 1975) a investigar, entre outras, as concepções normativas a respeito do papel político feminino. Barroso (CP62, 1987) enfatiza a contribuição do movimento feminista para a construção da cidadania na medida em que, pela inserção da garantia dos direitos reprodutivos, amplia a noção de direitos sociais.

Sarti (CP64, 1988) fornece um panorama abrangente do feminismo no Brasil. Baseando-se em análise desenvolvida por Moraes (1982), aponta a peculiar relação que se estabeleceu entre movimento de mulheres e movimento feminista no período de transição para a democracia. Os resultados da negociação entre as duas vertentes do movimento social são também explorados por Rosemberg (CP51, 1984), em sua análise da política de expansão da rede de creches e por Costa, Barroso e Sarti (CP54, 1985) no contexto de seu balanço do estado da arte dos estudos de mulher no Brasil.

Moraes abriu em 1981 (CP37) a discussão sobre as esferas pública e privada de modo polêmico, propondo a diluição de suas fronteiras, retomando o lema feminista de politizar o privado para questionar a família burguesa como *locus* privilegiado da opressão das mulheres. Pena (CP37, 1981) demonstra a associação entre políticas de proteção da família e regimes autoritários. A partir do debate sobre a legislação tra-

balhista, Bruschini (CP61, 1987) detecta as contradições entre os reclamos por igualdade e a demanda por protecionismo, lidando com as questões ainda intrincadas da igualdade e da diferença.

Papéis sexuais

A influência de teorias dos papéis sexuais é muito marcante nos textos inicialmente divulgados pelos CP. Aquisição, percepção e inovação de papéis estão no cerne da produção do período.

Artigos que se originam diretamente na Psicologia, como os de Graciano (CP15, 1975; CP25, 1978a; CP26, 1978b), Marin (CP15, 1975), Silva et al. (CP18, 1976), Graciano et al. (CP21, 1977), convivem com investigações sobre estereótipos sexuais na escola (Mello, CP15, 1975) e na literatura infanto-juvenil (Rosemberg, CP15, 1975b), sobre o papel social da mulher (Goldberg, CP15, 1975) e outras fortemente influenciadas por esta disciplina.

Se a literatura psicológica é um alvo de eleição das críticas por sua miopia ao sexo, é ela que tende a fornecer subsídios teóricos e metodológicos como a teoria do controle externo/interno, ou a análise de conteúdo para as pesquisas, muitas delas de porte, que são realizadas por equipes interdisciplinares na Fundação Carlos Chagas. Resultados parciais destas pesquisas são analisados em vários artigos, sugerindo a existência de uma homogeneidade de interesses e a constituição de uma linha de pesquisa. No entanto, esta linha vai gradativamente se diluindo e termina por desaparecer nos anos 80, quando encontramos apenas alguns trabalhos de Psicologia ou com essa orientação teórica. Uma análise de conteúdo do discurso de especialistas no campo da Psicologia sobre a função materna (Novelino, CP65, 1988); uma pesquisa com mulheres de comunidades pobres do Maranhão, onde diversos aspectos da maternidade são retomados por Scavone (CP54, 1985) para enfatizar a ambigüidade do desejo feminino de ser mãe; dois perfis profissionais são realizados por especialistas em Psicologia, o das secretárias (Schvinger et al., CP54, 1985) e o dos psicólogos (Rosemberg, CP47, 1983).

Uma contribuição muito positiva dessa produção inicial sobre papéis sexuais para a área de estudos da mulher foi a tônica no aspecto relacional entre masculino e feminino, uma vez que o excesso de zelo feminista levou muitas vezes ao foco excessivo, ou até mesmo à autonomização da mulher.

O eixo dos estudos vai progressivamente se deslocando da atribuição, aquisição e desempenho de papéis sexuais de uma ótica psicológica, com amplo recurso a instrumentos de avaliação e medida (como por exemplo escalas de atitudes), para a identidade sexual e sua construção social de uma perspectiva antropológica, onde se privilegiam etnografias, estudos de caso, observação participante, como nos artigos sobre rituais de construção da feminilidade (Silva, CP54, 1985) ou da identidade de freira (Grossi, CP73,

1990), o resgate dos saberes femininos como fonte de prestígio e poder social (Reily, CP54, 1985), as análises das relações de gênero na família de baixa renda realizadas por Scott (CP73, 1990) e Sarti (CP70, 1989) ou da identidade étnica e de gênero a partir do confronto de alteridades culturais, como no caso do depoimento de uma líder indígena da Guatemala estudado por Machado (CP77, 1991).

Na fase mais recente, várias acepções do conceito de gênero são utilizadas. Seu emprego torna-se corrente e, no final da década de 80, será erigido em traço distintivo do campo de estudos. No estado da arte realizado em 1985, Costa, Barroso e Sarti (CP54) haviam ensaiado esta denominação para a área, referindo, no entanto, a dificuldade da sua utilização na língua portuguesa. Em 1989, em seu balanço das correntes internacionais de teoria literária, Vicentini (CP70) sugere o aprofundamento crítico da noção de gênero nos estudos de literatura. Esta dimensão, que autores estrangeiros como Apple (CP60, 1987; CP64, 1988) e Anyon (CP73, 1990) já incorporaram à sua análise, vai emergir de modo sistemático nos *Cadernos de Pesquisa* em textos nacionais por intermédio dos trabalhos antropológicos (Sarti, CP70, 1989; Grossi, CP73, 1990; Scott, CP73, 1990; Machado, CP77, 1991).

OS CONCURSOS DE DOTAÇÃO PARA PESQUISA SOBRE MULHER

Uma outra frente de atuação em que a Fundação Carlos Chagas teve um papel destacado foi o apoio à consolidação e ao aprimoramento da produção científica sobre a temática das relações sociais entre sexos. Assim, a partir de 1978, com financiamento da Fundação Ford, vem promovendo programas de dotações para pesquisa sobre mulher brasileira que, até o presente, financiaram 108 projetos (dentre os 675 pedidos submetidos) em diferentes áreas das ciências humanas e adotando uma gama variada de metodologias. Diversas publicações² resultaram dos cinco concursos já realizados, entre elas o número especial 54 dos CP, publicado em 1985, ano que encerrou a Década da Mulher instituída pelas Nações Unidas, e cuja abertura fora assinalada pelo primeiro número especial dedicado ao assunto.

Artigos isolados, originados em pesquisas financiadas pelos concursos em razão de seu interesse, também encontraram espaço nos *Cadernos de Pesquisa*, como é o caso dos de Berquó (CP56, 1986), Mott (CP58, 1986), Scott (CP73, 1990) e Grossi (CP73, 1990).

O número 54, organizado por Cristina Bruschini e Cynthia Sarti, reúne alguns trabalhos contemplados no terceiro concurso de dotações e é ilustrativo da ampliação do leque disciplinar e temático ocorrida na área, onde Antropologia e História alargam seu espaço. Temas menos controversos na comunidade de estudiosos, como a inserção da mulher no mundo produtivo, migração e reprodução, convivem com análises

de práticas, representações, discursos, construção ritual da feminilidade, balizando uma crescente preocupação com a dimensão simbólica da subordinação feminina. É neste número que se encontra a primeira avaliação sistemática da área de estudos, "Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto?", onde as autoras salientam sua extraordinária vitalidade, apesar da ausência de apoio financeiro oficial. Costa, Barroso e Sarti diagnosticam erroneamente uma fraca capacidade de institucionalização, mas acertam ao desencadear um debate que vem se mantendo acalorado até os dias de hoje (tendo sido retomado no final de 1990 no seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas, realizado em São Roque³), sobre os perigos de uma autonomização excessiva dos estudos de mulher, que amorteceriam seu impacto nas discussões centrais das disciplinas. Apesar de sublinharem o avanço que representou a incorporação do conceito de gênero, avaliam que os estudos na área ainda se ressentem de pequeno aprofundamento teórico, indicando a necessidade de um trabalho de construção teórica.

UM ESPAÇO ÍMPAR

Dizer que os *Cadernos de Pesquisa* acompanharam a trajetória da implantação da área de estudos de mulher/gênero no Brasil é uma afirmação verdadeira, mas insuficiente para dar conta do papel desempenhado pela revista neste processo.

Do impacto inicial do número 15 — numa época em que eram escassas as investigações e bissexta sua divulgação — à posterior expansão e diversificação temática do campo, a revista continuamente suscitou novas questões, iniciou debates, sugeriu novas abordagens, contrapôs orientações teóricas e enfoques metodológicos, alargando fronteiras e funcionando como pólo aglutinador de estudos e estudiosos das mais diversas tendências.

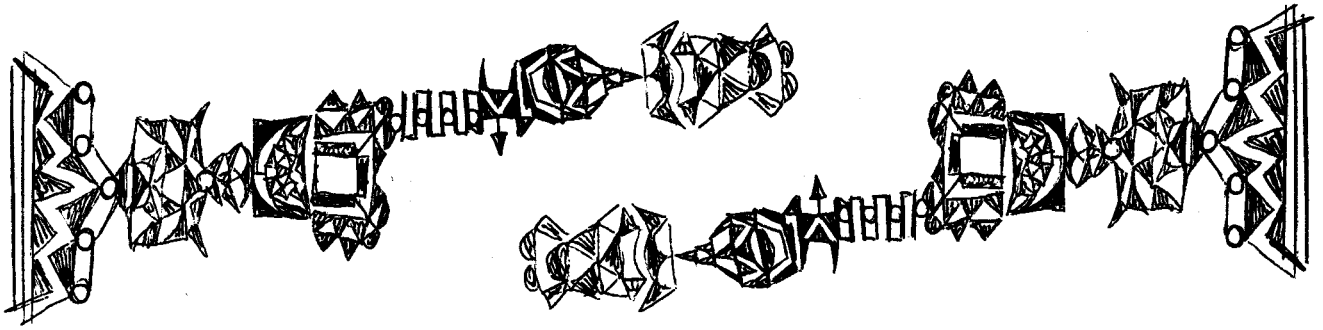
Ao divulgar uma produção de qualidade, serviu de parâmetro para pesquisadores iniciantes e contribuiu decisivamente para a consolidação de uma temática.

Ao desvendar dissimetrias baseadas no sexo e examiná-las criticamente, contribuiu significativamente para a compreensão da pluralidade das hierarquias sociais, ampliando o horizonte dos estudos em educação.

Ao deslindar o caráter histórico das relações de dominação entre os sexos, tem apontado para a possibilidade de sua superação, dentro de uma tradição de produzir ciência comprometida com a transformação social.

2 Barroso e Costa (1983); Bruschini e Rosemberg (1980; 1982); Costa e Bruschini (1989; no prelo a).

3 Os textos nele apresentados estão reunidos na coletânea *Uma questão de gênero* (Costa e Bruschini, no prelo b).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(Estão agrupadas em duas listas: a primeira, dos artigos dos CP pertinentes à temática; a segunda, com as demais referências citadas.)

- ALIER, Verena. Qual é a mulher que mereçemos? CP 15, p.132-5, dez.1975.
- ANYON, Jean. Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. CP 73, p.13-25, maio 1990.
- APPLE, Michael. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. CP 64, p.14-23, fev.1988.
- _____. Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. CP 60, p.3-14, fev.1987.
- BARRETTO, Elba S. S. Bons e maus alunos e suas famílias, vistos pela professora de 1º grau. CP 37, p.84-9, maio 1981.
- BARROSO, Carmen L. M. Diferenças sexuais. CP 21, p.47-60, jun.1977.
- _____. Direitos reprodutivos: a realidade social e o debate político. CP 62, p.52-9, ago.1987.
- _____. Estereótipos sexuais: possíveis contribuições da Psicologia para sua mudança. CP 15, p.135-7, dez.1975.
- BARROSO, Carmen L. M., MELLO, Guiomar N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. CP 15, p.47-77, dez.1975.
- BARROSO, Carmen L. M. et al. Percepção de controle e inovação de papéis sexuais. CP 25, p.53-96, jun.1978.
- BERNARDES, Ma. Teresa C. A república brasileira em jornais femininos da época. CP 71, p.20-8, nov.1989.
- BERQUÓ, Elza. Aleitamento materno diferencial para meninos e meninas. CP 56, p.27-38, fev.1986.
- BLAY, Eva A. Trabalho industrial x trabalho doméstico: a ideologia no trabalho feminino. CP 15, p.8-20, dez. 1975.
- BLAY, Eva A., CONCEIÇÃO, Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. CP 76, p.50-6, fev.1991.
- BRUSCHINI, Cristina. Estrutura familiar e trabalho na Grande São Paulo. CP 72, p.39-57, fev.1990.
- _____. Igualdade ou proteção. CP 61, p.58-67, maio 1987.
- _____. Mulher e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras. CP 27, p.3-18, dez.1978.
- _____. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. CP 28, p.5-20, mar.1979.
- BRUSCHINI, Cristina, AMADO, Tina. Estudos sobre Mulher e Educação: algumas questões sobre o magistério. CP 64, p.4-13, fev.1988.
- BRUSCHINI, Cristina et al. Caminhando juntas: uma experiência em educação sexual na periferia de São Paulo. CP 45, p.43-9, maio 1983.
- CAMARGO, Brígido V., DAGOSTIN, Carla G., COUTINHO, Marisa. Violência denunciada contra a mulher: a visibilidade via Delegacia de Mulher em Florianópolis. CP 78, p.51-8, ago.1991.
- CAMPOS, Maria M. M., ESPOSITO, Yara L. Relação entre sexo da criança e aspirações educacionais e ocupacionais das mães. CP 15, p.37-46, dez.1975.
- CARDONE, Marli. Subsídios do Direito do Trabalho para um debate sobre a situação da mulher. CP 15, p.124-33, dez.1975.
- CHASE, Jacquelyn R. Migração e trabalho na fronteira agrícola: um estudo da trajetória de mulheres em Conceição do Araguaia. CP 54, p.62-72, ago.1985.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. CP 37, p.5-16, maio 1981.
- COSTA, Albertina de O. O acesso das mulheres à cidadania: questões em aberto. CP 77, p.47-52, maio 1991.
- _____. É viável o feminismo nos trópicos? resíduos de insatisfação; São Paulo, 1970. CP 66, p.63-9, ago.1988.
- COSTA, Albertina de O., BARROSO, Carmen, SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? CP 54, p.5-15, ago.1985.
- DIAS, Ana Maria S. Família e trabalho na cafeicultura. CP 37, p.26-38, maio 1981.
- FERRETTI, Celso J. A mulher e a escolha vocacional. CP 16, p.20-40, mar.1976.
- FIGUEIREDO, Luciano R. A., MAGALDI, Ana Maria B. M. Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial. CP 54, p.50-61, ago.1985.
- GLENN, Evelyn. As ciências humanas e a situação da mulher. CP 24, p.15-21, mar.1978.
- GOLDBERG, Ma. Amélia A. et al. Concepções sobre o papel da mulher no trabalho, na política e na família. CP 15, p.86-123, dez.1975.
- GOLDENBERG, Paulete et al. Mulher, família e a reprodução em uma amostra de baixa renda do Município de São Paulo, 1978-1979. CP 44, p.18-30, fev.1983.

- GRACIANO, Marília. Aquisição de papéis sexuais na criança. *CP* 25, p.29-46, jun.1978a.
- _____. Contribuições da Psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher. *CP* 15, p.145-50, dez.1975.
- _____. Homem-mulher: por que polarizamos os sexos? *CP* 26, p.93-8, set.1978b.
- GRACIANO, Marília, SILVA, Teresa R. N., GUARIDO, Elza L. Percepção social em crianças: estereótipos sexuais na percepção da família. *CP* 21, p.15-40, jun.1977.
- GROSSI, Miriam P. Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. *CP* 73, p.48-58, maio 1990.
- LEWIN, Helena. Educação e força de trabalho feminina no Brasil. *CP* 32, p.45-59, fev.1980.
- MACHADO, Lia Z. O lugar da tradição na modernidade latino-americana: etnicidade e gênero. *CP* 77, p.35-46, maio 1991.
- MACHADO NETO, Zahidé. Meninos trabalhadores. *CP* 31, p.95-101, dez.1979.
- MARIN, Bárbara. Estereótipos em relação a papéis sexuais na Colômbia. *CP* 15, p.3-7, dez.1975.
- MELLO, Guiomar N. Os estereótipos sexuais na escola. *CP* 15, p.141-5, dez.1975.
- MIRANDA, Glauro V. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970. *CP* 15, p.21-36, dez.1975.
- MONTALI, Lília. Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na Grande São Paulo. *CP* 72, p.58-69, fev.1990.
- MORAES, Ma. Lygia Q. Família e feminismo. *CP* 37, p.44-51, maio 1981.
- MOTT, Ma. Lúcia B. Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra. *CP* 58, p.89-104, ago.1986.
- NAGELSCHMIDT, Ana Maria, SANTOS, Carlos W. S., PEREIRA, José S.C. Um aspecto da modernidade feminina na cidade de São Paulo: o "machismo". *CP* 22, p.71-6, set.1977.
- NOVELINO, Aída. Maternidade: um perfil idealizado. *CP* 65, p.21-9, maio 1988.
- PENA, Ma. Valéria J. A revolução de 30, a família e o trabalho feminino. *CP* 37, p.78-83, maio 1981.
- PRANDI, J. Reginaldo. A família para a igreja. *CP* 37, p.90-3, maio 1981.
- REILY, Suzel A. A senhora do divino: a mulher na festa e na comunidade. *CP* 54, p.16-25, ago.1985.
- RICCI, Terezinha D'Aquino. A rosa não é a rosa: reflexões sobre a globalidade e multiplicidade da vivência da mulher e a inadequação dos conceitos bipolares. *CP* 54, p.73-84, ago.1985.
- RODRIGUES, Arakcy M. Dinâmica grupal e indivíduo no sistema de distribuição de privilégios na família. *CP* 37, p.52-64, maio 1981.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A escola e as diferenças sexuais. *CP* 15, p.78-85, dez.1975a.
- _____. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *CP* 51, p.73-9, nov.1984.
- _____. A mulher na literatura infanto-juvenil: revisão e perspectivas. *CP* 15, p.138-40, dez.1975b.
- _____. Psicologia, profissão feminina. *CP* 47, p.32-7, nov.1983.
- SAMARA, Eri M. Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX. *CP* 37, p.17-25, maio 1981.
- SARTI, Cynthia A. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *CP* 64, p.38-47, fev.1988.
- _____. Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. *CP* 70, p.38-46, ago.1989.
- SCAVONE, Lucila. As múltiplas faces da maternidade. *CP* 54, p.37-49, ago.1985.
- SCHAEFFER, Ma. Lúcia. As mulheres pedem a palavra: o jornal *The Spectator* e a questão feminina no século XVIII inglês. *CP* 67, p.41-6, nov.1988.
- SCHVINGER, Amaryllis, PRADO, Danda, CASTRO, Jacqueline. Secretária: uma ambigüidade em feito de profissão. *CP* 54, p.85-97, ago.1985.
- SCHWARTZMAN, Simon. A igreja e o Estado Novo: o estatuto da família. *CP* 37, p.71-7, maio 1981.
- SCOTT, R. Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *CP* 73, p.38-47, maio 1990.
- SILVA, Alice I. O. A pedagogia do feminino: análise de um ritual de apresentação da menina à sociedade. *CP* 54, p.26-36, ago.1985.
- SILVA, Teresa R. N. et al. Estudo sobre estereótipos sexuais nas percepções dos pais em relação a comportamentos e atitudes de seus filhos. *CP* 18, p.15-20, set.1976.
- VICENTINI, Ana Maria. Mudar a referência para pensar a diferença: estudo dos gêneros na crítica literária. *CP* 70, p.47-52, ago.1989.

Outras fontes:

- BARROSO, Carmen, COSTA, Albertina O. (orgs.) *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1983.
- BRUSCHINI, Cristina, ROSEMBERG, Fúlvia (orgs.) *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Fundação Carlos Chagas, 1982.
- _____. *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense; Fundação Carlos Chagas, 1980.
- COSTA, Albertina O., BRUSCHINI, Cristina. *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, no prelo (a).
- _____. *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice; Fundação Carlos Chagas, 1989.
- _____. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, no prelo (b).
- MORAES, Ma. Lygia Q. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo, 1982. Tese (doutor.) FFLCH/USP.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.